

A novela continua...

No capítulo de hoje temos mais um atentado ao Movimento Associativo - perdão, quero dizer - um processo disciplinar a um Dirigente Associativo. Desta feita, e depois do Presidente da Direcção da APA, Luís Reis, o alvo foi o Vice-Presidente da Direcção da ANS, José Gouveia Pereira. É do conhecimento publico a indignação que estes processos disciplinares de foro militar causam, pois a ninguém passam despercebidas as reais intenções da tutela militar, quando os arguidos apenas o são porque assumiram um papel (Praças, Sargentos e Oficiais, todos de braço dado) que outras personagens declinaram por motivos menores e não se aperceberem da sua vital importância.

É de todo notória, uma vontade expressa da tutela em manter um braço de ferro com o associativismo militar, tendo feito pender novamente sobre os dirigentes associativos argumentação de índole militar, já que para si é de todo inaceitável a argumentação de índole e cariz sócio profissional na área da defesa. A tutela militar, em especial, ainda não compreende o Associativismo na verdadeira ascensão da palavra, e age assim, ao contrário do que seria de esperar, de forma prepotente e na condição de Juiz em causa própria, usando mesmo meios ilícitos para justificar a si própria a sua perspectiva extemporânea e ultrapassada da gestão do capital humano.

Mais uma vez, os factos vêm sublinhar a importância das Associações Sócio-Profissionais de Militares e das quais os dirigentes associativos, são a viva voz. Ninguém nesta altura conseguirá dizer que as Associações não representam os interesses dos militares, pois de outra forma as opiniões que expressam, assim elas não fossem o espelho do que vai na alma dos camaradas de armas, não gerariam tanto incomodo e não seriam alvo de perseguição. No entanto o preço de estarem de boa fé em todo o processo e fazerem toda e qualquer critica com base em firme sustentação vai-lhes valendo agressões como estas que as chefias teimam em infligir como se eles fossem os culpados de estas terem deixado fugir o terreno debaixo dos seus pés.

Neste momento já estão no role dos visados por estes malfadados processos, várias Praças e Sargentos, mas até à presente data nenhum Oficial foi minimamente beliscado, para propositadamente causar no seio militar, estranheza com a aplicabilidade de critérios nada uniforme, já que todos viram que nas actividades levadas a cabo felizmente também estiveram sempre presentes oficiais (subalternos, superiores e até mesmo generais) e de todos os ramos.

Além dos Dirigentes Associativos, também os associados destas associações vão sendo alvo destes processos disciplinares, e não podemos deixar de estar solidários com todos eles, **sem excepção**, mas já que não há bela sem senão, a tutela militar insiste em a ser selectiva nas “classes alvo a abater” julgando que ninguém repararia quão nítida é a tentativa de dividir para reinar.

Que cena feia! Emendem a mão, ninguém está interessado em próximos capítulos!

Investimentos e prioridades

Desde algum tempo a *Direcção do Serviço de Pessoal* (antiga Unidade de Apoio às Instalações Navais de Alcântara) tem vindo a efectuar obras de remodelação nas suas instalações. Estas obras passam por melhorar as condições de acesso e de trabalho nos diversos Serviços e Repartições e de habitabilidade nos alojamentos para as Praças que lá prestam serviço. É de congratular o Comando da DSP por esta iniciativa, embora nem tudo corra bem nos alojamentos, senão vejamos.

Numa primeira fase foi realojado o pessoal asilante, tendo os Cabos ocupado os novos alojamentos que se destinam aos mancebos, enquanto que os Marinheiros e Grumetes, foram ocupar as antigas cobertas de Sargentos da Banda da Armada. Situação aceitável tendo em conta que é provisória e os alojamentos dos mancebos não têm capacidade para todas as praças que pernoitam na Unidade.

Seguiu-se então o realojamento das Praças não asilantes. Em meados de Dezembro estes militares foram ocupar antigas instalações num dos edifícios (intervencionadas e readaptadas a vestiários), supostamente prontas mas ainda em fase de acabamentos, motivo pelo qual um simples acto de trocar de roupa é uma aventura, pois têm que ter sempre presente que em qualquer local que toquem dá direito a escovadela, tal é a quantidade de pó que está acumulado no chão e nos seus cacifos. Por outro lado, o que é mais grave, caso queiram tratar da sua higiene pessoal, como por exemplo tomar banho, terão de o fazer com água fria pois a instalação de gás necessária para terem o “*privilégio*” da água quente ainda não está sequer começada. Estas são condições bem desagradáveis. Como é natural esta situação foi colocada ao Comando da Unidade, tendo sido justificado pelo mesmo que o problema deve-se à falta de verbas e que garantidamente até meados do próximo mês de Janeiro estaria tudo resolvido.

Posto isto, lembramos que de todas as obras em curso na Unidade, algumas são para me-

lhamentos nas várias Repartições e Serviços, designadamente no acesso à Repartição de Oficiais e Alm. DSP, que vão desde a substituição de escadarias e azulejos até à aplicação de calçada portuguesa e portas em vidro no “hall” de entrada. Para estes trabalhos as verbas não acabaram, o que prova mais uma vez que não houve selectividade nas prioridades dos trabalhos a efectuar. Será que a apresentação de um ponto de passagem é mais importante do que as condições de habitabilidade nos alojamentos das Praças? Fica a pergunta!

Já na *Base de Fuzileiros*, também é de louvar o investimento que tem vindo a ser feito na edificação de alojamentos para Praças. Foram dados os primeiros passos, tendo sido construído de raiz um novo edifício de alojamento para a Unidade de Polícia Naval.

Passado algum tempo após a conclusão da obra, é pena que se registem algumas anomalias, que no entanto podem ser passíveis de correcção se tal acontecer em tempo útil. Por isso alertamos para as que de momento são perceptíveis, como as deficiências de isolamento nas canalizações de esgotos e o sistema de aquecimento de águas proporcionado por utilização de energias alternativas (painéis solares), que ainda não se encontra em funcionamento talvez devido às deficiências de montagem ou do material de que são feitas as caldeiras.

Esperemos que a seguir estejam na lista de recuperação, os alojamentos da Companhia de Apoio a Fogos, onde cada vez mais é notória a falta de salubridade que por completo prejudica e deteriora o ambiente e a habitabilidade deste espaço. Aqui, desde infiltrações de águas pluviais a infiltrações de águas de esgotos oriundas de urinóis e chuveiros, visíveis a olho nu face à proliferação de fungos de diversa espécie e que se propagam pelas placas e empenas do edifício, de tudo há um pouco afectando progressivamente quer a instalação eléctrica quer mesmo a própria estrutura do edifício. É realmente preocupante o estado a que estes alojamentos chegaram e como ainda estão ali militares alojados, pese embora as necessidades do serviço e a contínua inexistência de previsão de verbas para afectar à obra necessária.

Recentemente foi erigido junto à entrada da Base de Fuzileiros, um monumento aos Fuzileiros no seu esplendor, obra de relevo e impacto visual, merecida por todos os bravos homens que compõe este corpo especial. Mas por certo aqui se gastou algum dinheiro, pois sem dinheiro nada se faz, questionamos no entanto se esta seria uma prioridade por exemplo em relação aos alojamentos anteriormente falados, já que do corpo especial também fazem parte os camaradas da CAF.✘



Passagem à Reserva!

Nos últimos 3 meses, mais de 10% dos efectivos que compõe os quadros permanentes de Praças da Armada solicitaram a sua passagem à reserva, insatisfeitos com uma carreira que terminou abruptamente e em especial com os acontecimentos mais recentes que causaram um grande rombo nos seus direitos e garantias de protecção, compensação e reparação de danos. Para estes homens deixou de fazer sentido continuar a sofrer na expectativa de que justiça lhes fosse feita. Apesar das causas do mau estar serem sobeja-

mente conhecidas, a tutela ignorou a necessidade de uma alternativa de carreira, mobilizadora, credível e capaz de compensar os prejuízos profissionais e pessoais destes militares. Agora para alguns, chegou a hora do adeus, um adeus provocado por uma constrangedora sensação de revolta que se traduziu na necessidade de definitivamente baterem a porta.

Despedida desagradável e que alguém tornou mais penosa, já que não se lembrou que, por o despacho destes requerimentos ser publicado com alguns meses de atraso, muitos dos militares a quem foi deferido o pedido de passagem à reser-

va, se veria impedida de poder fazer uso dos períodos de férias a que tinha direito. As listagens publicadas falam por si. São umas centenas de camaradas. **Nem na hora da despedida!**

Também a muitos foi indeferido o respectivo pedido por interesse da Marinha. Esperamos que os interesses desses e dos que ficam, sejam também acautelados a curto prazo para que não voltemos a assistir a uma maior leva de saídas durante 2006.

Bons ventos aos que partem para esta nova etapa da sua vida!



Notícias IASFA

SABIA QUE...

Estão abertas as Inscrições para as valências do IASFA (Porto, Runa, Oeiras e Porto Santo) **até 31JAN2006.**

As férias no âmbito do Comité de Ligação Internacional dos Organismos Militares Sociais (CLIMS), deverão ser reservadas durante os **meses de Janeiro e Fevereiro de 2006.** Neste sentido o IASFA estabeleceu com alguns países membros (Alemanha, Áustria, Suíça, Espanha, França, Hungria, Itália, Republica Checa e Bulgária) intercâmbios de férias para o ano de 2006.

Informação detalhada e inscrições podem ser efectuadas no IASFA, no Centro de Apoio Social (CAS)

mais próximo da sua residência ou, directamente na:

Divisão de Equipamentos Sociais (DIVEQ)

Rua de S.José, n.º 24 – 1150-323 LISBOA

Tel.: 213 478 198 Fax.: 213 429 141

Nota: Estão disponíveis na sede da APA Boletins de Inscrição e respectivas instruções de preenchimento. Lembramos que tem também informação privilegiada no novo site do IASFA em www.iasfa.pt.

INFORMAÇÃO:

Normas para Cálculo da Capitação

Por deliberação do conselho da Direcção de 20 de Outubro de 2005, foram introduzidas alterações às normas de capitação. Essas alterações registam-se na inclusão como **Membro do Agregado Familiar do Beneficiário Titular**, para além dos elementos previstos na anterior IP, a pessoa que viva em união de facto com o BT e cuja situação seja comprovada judicialmente.

Relativamente ao **Rendimento Anual do Agregado Familiar (R)** continuam a ser consideradas os rendimentos anuais ilíquidos, ou seja os que incidem nas seguintes categorias de rendimentos apresentados na declaração do IRS: Trabalho dependente (Cat. A), Trabalho Independente (Cat. B), Comerciais e Industriais (Cat. C), Agrícolas (Cat. D), Capitais (Cat. E), Prediais (Cat. F), Mais – Valias (Cat. G), Pensões (Cat. H) e Outros rendimentos (Cat. I).

Relativamente à **metodologia para o Cálculo de Capitação**, mantém-se a existente, ou seja:

$$C = \frac{R}{12 \times N}$$

C – É a capitação

R – É o rendimento ilíquido do agregado familiar

N – É o número de pessoas que constituem o agregado familiar